Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009

Eletrobras Chesf

EDF Norte Fluminense

Eletrobras Eletronorte

Conteúdo

Relatório da administração da Companhia	**3**
Relatório dos auditores independentes sobre ás demonstrações financeiras	**15**
Balanços patrimoniais	**17**
Demonstrações de resultados	**18**
Demonstrações de resultados abrangentes	**19**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**20**
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	**21**
Demonstrações do valor adicionado	**22**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**23**

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009

Eletrobras Chesf | EDF Norte Fluminense | Eletrobras Eletronorte

Relatório da Administração

Exercício de 2020

Divulgado em 10 de março de 2021, em R$ mil

Índice

Introdução.....5
Destaques do Exercício de 2020..... 5
Indicadores Econômico-financeiros.....8
Sobre a Sinop Energia 8
Desempenho Econômico-Financeiro.....10
Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais 13
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes.....13
Declarações da Diretoria.....14
Agradecimentos.....14

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. ("Sinop Energia" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração/Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o exercício de 2020 e 2019, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares, ou, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Destaques do Exercício

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") quanto do Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no exercício somou 1.945.831 MWh, sendo 1.895.587 MWh no ACR e 50.244 MWh no ACL, (1.950.212 MWh, sendo 1.891.472 MWh no ACR e 58.740 MWh no ACL em 2019).

- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA positivo no montante de R$ 130.953, (R$ 136.875 negativo, em 2019). O resultado foi negativo em 2019 em função do custo de energia adquirido junto a terceiros, sendo que a UHE Sinop se tornou integralmente operacional em outubro de 2019.

- **Investimentos:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R$ R$ 60.075 (R$ 106.814 em 2019). A redução de volume de investimentos em 2020 comparado com 2019 é em função da UHE Sinop ter entrado em fase operacional no final de 2019. Em 16 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 o qual liberou a unidade geradora dois (UG2) para início da operação comercial e, posteriormente, o Despacho nº 2854, em 17 de outubro de 2019, o qual liberou a unidade geradora um (UG1) para início da operação comercial. A UG2 e a UG1 tiveram o início da geração comercial em 17 de setembro e 18 de outubro de 2019, respectivamente.

- **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC:** Assinatura, em 19 de fevereiro de 2020, de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2020 (Processo nº 64474/2019) junto à SEMA/MT referente ao Auto de Infração nº 159857 de

13/02/19 – "por causar poluição pelo lançamento de sedimentos aprisionados na bacia de dissipação da Usina Hidroelétrica Sinop no Rio Teles Pires, quando da abertura das comportas, em níveis tais que provocou a mortandade de animais, no quantitativo de 13 (treze) toneladas de peixes" e estipulou uma multa administrativa no valor de R$ 50.000. Com a finalidade de solucionar consensualmente o feito administrativo sob nº 64474/2019 (Auto de Infração nº 159857), a Sinop Energia pagará o montante total de R$ 4.000 a título de compensação pelos impactos socioambientais da UHE Sinop, cuja destinação dos recursos servirá para a reforma e projeto de construção do Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA/MT, bem como para a aquisição de equipamentos para o referido órgão.

- **Auto de Infração e Notificação:** Devido a nova ocorrência de mortandade de peixes no mês de março de 2020, a Sinop Energia recebeu, em 18 de março de 2020, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT, o Auto de Infração nº 20173009 e Notificação nº 20172004, impondo à Sinop Energia multas administrativas no valor total de R$ 12.000 e suspensão das atividades de geração e transmissão de energia elétrica de forma temporária até a comprovação de medidas adicionais de segurança quanto a operação do empreendimento. Após a Sinop Energia ter apresentado os esclarecimentos e pendências solicitados pelo órgão ambiental, a SEMA/MT emitiu o Parecer Técnico no 133582/CLEIA/SUIMIS/2020 em 01 de abril de 2020, autorizando o retorno das atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

- **Termo de Aditamento de Conduta – TAC:** No mês de abril de 2020, foi homologado pela Justiça Federal o Termo de Aditamento de Conduta, o qual definiu a aplicação dos recursos de R$ 4.000 conforme elencado a seguir: i) R$ 600 para financiamento do Projeto Sirius, a ser desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; ii) R$ 1.000 para implementação da sede do Batalhão Ambiental especializado da Polícia Militar no município de Sinop/MT; iii) R$ 1.300 para implementação do projeto de revitalização do Parque Natural Paulo Viriato Correia da Costa, no município de Cláudia/MT; e iv) R$ 1.100 para revitalização do Parque Natural Municipal no município de Itaúba/MT. Este Termo de Aditamento de Conduta refere-se ao desmembramento do item (iv) da Ação Civil Pública – processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603, de 02 de outubro de 2019, onde a Companhia firmou acordo judicial com o Ministério Público Federal – MPF e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA/MT, referente ao evento associado a mortandade de peixes ocorrido em fevereiro de 2019, quando do início do enchimento do reservatório da UHE Sinop , e foram pactuadas as seguintes obrigações: i) Desenvolvimento de sistema de repulsão de peixes para impedir o acesso de peixes até a bacia de dissipação; ii) Instalação de 4 estações telemetrizadas para monitoramento da qualidade de água; iii) Desenvolvimento de programa de mapeamento genético de espécies-chave de peixes; e iv) Pagamento do montante total de R$ 4.000 para a compensação pelos impactos socioambientais da UHE Sinop.

- **Restabelecimento das atividades de geração e transmissão de energia elétrica:** O retorno da operação comercial da UG2 deu-se em 02 de abril de 2020, após a emissão, pela SEMA/MT, do Parecer Técnico no 133582/CLEIA/SUIMIS/2020 em 01 de abril de 2020, autorizando o retorno das atividades de geração e transmissão de energia elétrica. Ressalta-se que a suspensão das atividades de geração e transmissão de energia elétrica de forma temporária foi determinada pela SEMA/MT em 18 de março de 2020, através do Auto de Infração no 20173009 e Notificação no 20172004, devido a ocorrência de mortandade de peixes no mês de março de 2020. No que refere à UG1, o retorno ocorreu

em 02 de maio de 2020, após a conclusão de obras de reparo da parede corta-ondas no tubo de sucção,

- **Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de julho de 2020:** Nesta AGO, foram realizadas as seguintes deliberações: (i) aprovação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) aprovação do Plano Anual de remuneração dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e Diretores) e dos membros do Conselho Fiscal; e (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia.

- **Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 28 de agosto de 2020:** Nesta AGD, foi aprovada o pedido da Companhia de anuência prévia para a paralisação total dos ativos essenciais à operação do empreendimento, para a realização de obras e manutenção necessárias à continuidade da operação regular do Projeto, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir de 1º de setembro de 2020. Como contrapartida, os Debenturistas propuseram e a Companhia aceitou o pagamento de prêmio a todos os Debenturistas no valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nominal unitário atualizado de cada Debênture, conforme previsto na Cláusula 4.2 da Escritura de Emissão ("*Waiver Fee*").

- **Paralisação da Usina:** No final de agosto de 2020, a operação comercial da UHE Sinop foi suspensa temporariamente para realização das obras de construção da nova parede anti-refluxo da UHE Sinop, cujas obras foram iniciadas no início do mês de setembro de 2020 e concluídas em 22 de novembro de 2020.

- **Auto de Infração e Notificação**: Devido a nova ocorrência de mortandade de peixes a jusante do barramento da UHE Sinop no mês de agosto de 2020, a Sinop Energia recebeu, em 21 de agosto de 2020, o Ofício nº 157204/CLEIA/SUIMIS/2020, emitido pela SEMA/MT, o qual notifica a Companhia "*a não realizar nenhuma manobra, seja no vertedouro ou turbinas, ou alteração do status atual de operação do empreendimento UHE Sinop sem autorização expressa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, até que sejam determinadas as medidas a serem adotadas em razão do evento ocorrido em 15/08/2020*". Ainda, em 09 de setembro de 2020, a SEMA/MT emitiu o Auto de Infração nº 203031560, fundamentado no Parecer Técnico nº 138202/CLEIA/SEMA/2020, o qual apresenta a descrição dos valores da multa administrativa para a Companhia, totalizando R$ 36.000.

- **Retomada da Operação Comercial:** Durante o período de paralisação do empreendimento para a realização das obras de construção da nova parede anti-refluxo da UHE Sinop mencionado acima, a Companhia apresentou documentos e informações ao órgão ambiental, objetivando a autorização para retomada da operação comercial da UHE Sinop visto que a operação regular da UHE Sinop ainda não havia sido retomada em virtude da ausência de autorização expressa da SEMA/MT. Em 11 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu novo ofício emitido pela SEMA/MT determinando a manutenção das restrições impostas quanto ao movimento de comportas do vertedouro e operação de unidades geradoras do empreendimento. Nesse cenário, ainda em dezembro de 2020, a Sinop Energia ajuizou Ação Anulatória de Ato Administrativo com Pedido de Deferimento de Liminar perante a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sinop-MT para, dentre outros objetivos, suspender os efeitos do Ofício nº 157204/CLEIA/SUIMIS, de lavra da SEMA/MT, obtendo autorização judicial para a retomada de suas atividades. No âmbito de agravo de instrumento impetrado pela Companhia em referido processo,

em 04 de janeiro de 2021, foi proferida decisão judicial pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferindo a concessão de efeitos suspensivos ao agravo até a reapreciação do provimento jurisdicional de urgência, autorizando a retomada das operações da UHE Sinop em caráter liminar. Assim, em 04 de janeiro de 2021, a Companhia encaminhou referida decisão judicial à SEMA-MT e, em seu cumprimento, adotou as medidas necessárias para a retomada da operação comercial da UHE Sinop em 05 de janeiro de 2021. Na data da divulgação deste relatório, a Companhia está em plena atividade operacional.

- **Inquérito Civil.** Recebimento, em 02 de setembro de 2020, através do Ofício 345/2020/PJC/MPMT, do Relatório Técnico nº 427/2020, o qual apresenta os resultados da perícia da morte de peixes a jusante da UHE Sinop, elaborado pelo Ministério Público Estadual (MPMT).

- **Aspectos relacionados ao novo Coronavírus (COVID-19):** A Companhia, ainda no primeiro trimestre de 2020 antecipou potenciais impactos negativos ao seu fluxo de caixa em função da pandemia. Perante a esta premissa, a Sinop Energia aderiu ao Plano de Ação Emergencial criado pelo BNDES. As condições do *stand still* acordado com o BNDES foram as seguintes: i) suspensão da exigibilidade e cobrança de pagamentos de até 6 (seis) parcelas de principal e juros compensatórios da dívida no período entre maio de 2020 e outubro de 2020; e ii) sem alteração dos termos finais dos prazos de amortização da dívida, nem da taxa de juros, aprovada em 29 de abril pelo Banco ABC, fiador do contrato de financiamento e pelo BNDES em 12 de maio de 2020. Com esta medida a Companhia postergou o desembolso de caixa em aproximadamente R$ 58.000.

Desde a entrada em operação comercial no final de 2019, a Companhia ficou desobrigada a adquirir energia elétrica no mercado *spot* (lastro). Diante desse evento, os contratos de vendas de energia elétrica serão atendidos a partir da geração própria de energia elétrica, ou por intermédio da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), por meio do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), ao qual a Companhia é parte integrante.

Composição da Administração em 31 de dezembro de 2020

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Astrogildo Fraguglia Quental *Presidente do Conselho de Administração*	Gilberto Tannús Elias *Membro Suplente*
Adriano Soares da Costa *Membro Efetivo*	Edinaldo Pereira de Lima *Membro Suplente*
Yann de Longchamps *Membro Efetivo*	Ricardo Barsotti *Membro Suplente*
Thierry Marc Rene Caillaud *Membro Efetivo*	Mariano Javier Gaio *Membro Suplente*

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar *Presidente do Conselho Fiscal*	Carlos Alberto Rizzo Hoeller *Membro Suplente*
Gustavo Loureiro Chagas *Membro Efetivo*	Marcello Nascimento Cabral da Costa *Membro Suplente*
Jenner Guimarães do Rêgo *Membro Efetivo*	Marcelo José dos Reis *Membro Suplente*

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Alessandro Camilo da Silva	Contador – CRCMT 005078

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade			Variação Absoluta	Em %
		2020	2019		
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.895.587	1.891.472	4.115	0,2%
Energia Comercializada (ACL)	MWh	50.244	58.740	(8.496)	(14,5%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R$, mil	269.534	241.589	27.945	11,6%
Margem bruta	%	17,7%	(58,2%)	75,9p.p.	130,4%
Lucro (Prejuízo) do exercício	R$, mil	105.647	(43.982)	149,629	340,2%
Margem líquida	%	39,2%	(18,2%)	57,4p.p.	315,2%

		2020	2019		
Investimentos	R$, mil	76.391	218.908	(142.517)	(65,1%)
Endividamento	R$, mil	1.400.708	1.357.716	42.992	3,2%
BNDES	R$, mil	1.138.514	1.108.329	30.185	2,7%
Debêntures	R$, mil	262.194	249.387	12.807	5,1%
Dívida líquida[1]	R$, mil	1.230.907	1.272.257	(41.350)	(3,3%)
Índice de capital próprio (ICP)[2]	%	50,9%	50,0%	0,9p.p.	1,8%
Índice de liquidez corrente (ILC)[3]	índice	2,8	2,7	0,1	4,0%
Número de empregados próprios[4]	Quantidade	47	50	(3)	(6,0%)
Lucro (Prejuízo) por ação	R$	0,04729	(0,02225)	0,06954	312,5%
Quantidade de ações[5]	mil	2.234.136	1.976.656	257.480	13,0%

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
3. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
4. Posição no final do exercício
5. Média ponderada de ações ordinárias.

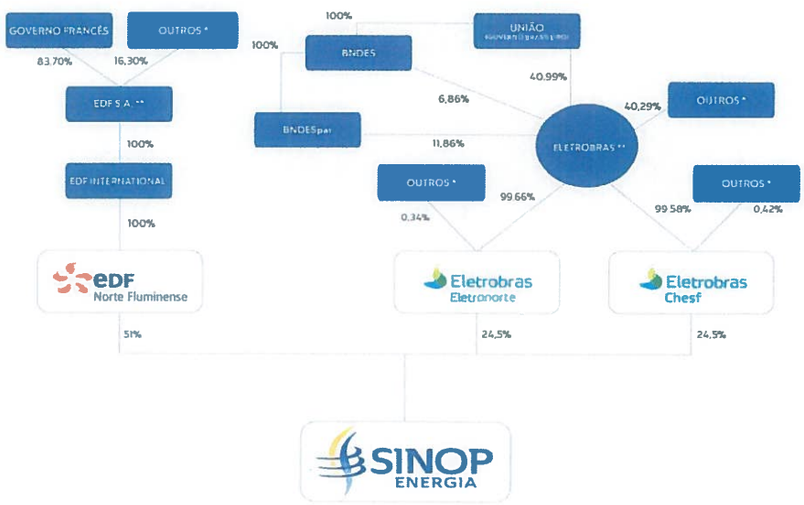
Sobre a Sinop Energia

Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, sendo a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. ("EDFNF") - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE"), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. ("CHESF"), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobras"). Segue a estrutura acionária em 31 de dezembro de 2020:

Estrutura Societária da Sinop Energia
(em 31 de dezembro de 2020)



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO
** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop será comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) *Contraparte: 34 Clientes Terceiros*	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre *Contraparte: CHESF (acionista)*	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre *Contraparte: ELETRONORTE (acionista)*	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	**21,28**

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor total de capital social integralizado é de R$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, centro e trinta e sei mil) ações ordinárias nominativas ("Ações ON") sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 18.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA[1]

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou o EBITDA positivo de R$ 130.953 (R$ 136.875 negativos, em 2019). Cabe informar que esse desempenho está relacionado com a entrada em operação comercial desde o mês de setembro de 2019.

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	2020	2019
Lucro (Prejuízo) no exercício	105.647	(43.982)
Imposto de renda e contribuição social	54.525	(18.504)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	116.997	(24.052)
Depreciação e amortização	96.624	24.750
(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável - *Impairment* – NE 11.a	(242.540)	(123.191)
EBITDA	**130.953**	**(136.875)**
(+/-) Itens não recorrentes – NE 11.a	242.540	123.191
EBITDA Ajustado	**373.493**	**(13.684)**
Receita operacional líquida	269.534	241.589
Margem EBITDA Ajustado (%)	**47,5%**	**(56,7%)**

[1] O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Custos com geração de energia elétrica

	2020	2019	Var %
Depreciações e amortizações	(96.001)	(24.323)	(294,7%)
Energia elétrica comprada para revenda	(37.282)	(306.157)	(87,8%)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(40.429)	(37.792)	7,0%
Seguro de risco hidrológico	(23.411)	-	NA
Serviços de terceiros (a)	(15.517)	(9.963)	55,7%
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(5.844)	(1.265)	362,0%
Outros	(1.920)	(2.274)	(15,6%)
Materiais	(1.495)	(425)	251,8%
Passagens e hospedagens	(9)	(26)	(65,4%)
Total	**(221.908)**	**(382.225)**	**(41,9%)**

Serviços de terceiros (a)

Os custos com os serviços de terceiros tiveram um aumento de 55,7% no comparativo dos exercícios, representados significativamente pelas rubricas "Programas ambientais - Opex" e "Compartilhamento de infraestrutura".

	2020	2019	Var %
Assessoria e consultoria de O&M	(9.928)	(8.403)	18,1%
Programas ambientais – OPEX	(3.595)	-	NA
Monitoramento e vigilância	(699)	(796)	(12,2%)
Compartilhamento de infraestrutura	(458)	-	NA
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(671)	(216)	210,6%
Transportes	(140)	(29)	382,8%
Outros	(26)	(519)	(95%)
Total	**(15.517)**	**(9.963)**	**55,7%**

Custos com pessoal, encargos e benefícios (b)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 362,07% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com o ano anterior, pelo motivo de alocação de custos que antes estavam sendo contabilizados diretamente no imobilizado; o número de funcionários em 31 de dezembro de 2020 foi de 07, comparado com 05 funcionários na mesma data do ano anterior.

	2020	2019	Var %
Remuneração de empregados	(4.102)	(885)	363,5%
Encargos trabalhistas	(1.471)	(319)	361,1%
Benefícios a empregados	(271)	(61)	344,3%
Total	**(5.844)**	**(1.265)**	**362,0%**

Despesas gerais e administrativas

Os gastos deste grupo de contas tiveram uma redução de 19,7% no exercício atual comparado com 2019, representadas pelas rubricas de despesas de serviços de terceiros e despesas com pessoal, encargos e benefícios.

	2020	2019	Var %
Serviços de terceiros (c)	(6.443)	(8.029)	(19,8%)
Pessoal, encargos e benefícios (d)	(6.433)	(7.633)	(15,7%)
Arrendamentos e aluguéis	(748)	(559)	33,8%
Depreciações e amortizações	(623)	(427)	45,9%
Outros	(731)	(867)	(15,7%)
Litígios trabalhistas	(168)	(648)	(74,1%)
Materiais	(164)	(228)	(28,1%)
Passagens e hospedagens	(123)	(575)	(78,6%)
Total	**(15.433)**	**(18.966)**	**(18,6%)**

Serviços de terceiros administrativos e gerais (c)

Os gastos deste grupo de contas tiveram uma redução de 19,8% no comparativo dos exercícios, representados significativamente pelas rubricas "Consultorias, honorários advocatícios e contábeis" e "Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP".

	2020	2019	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(5.054)	(5.951)	(15,1%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(531)	(882)	(39,8%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(298)	(404)	(26,2%)
Outros	(282)	(382)	(26,2%)
Monitoramento e vigilância	(223)	(363)	(38,6%)
Transportes	(55)	(47)	17,0%
Total	**(6.443)**	**(8.029)**	**(19,8%)**

Despesas com pessoal, encargos e benefícios (d)

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram redução de 15,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com o ano anterior; o número de funcionários em 31 de dezembro de 2020 foi de 16, comparado com 17 funcionários na mesma data do ano anterior.

	2020	2019	Var %
Remuneração de empregados	(2.775)	(4.513)	(38,5%)
Encargos trabalhistas	(1.896)	(1.907)	(0,6%)
Benefícios a empregados	(1.762)	(1.213)	45,3%
Total	**(6.433)**	**(7.633)**	**(15,7%)**

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no exercício.

	2020	2019
Financiamento BNDES[1]	**1.138.514**	**1.108.329**
Circulante	33.156	26.173
Não Circulante	1.105.378	1.082.156
Debêntures[1]	**262.194**	**249.387**
Circulante	3.540	651
Não Circulante	258.654	248.736
Endividamento bruto	**1.400.708**	**1.357.716**
(-) Caixa e equivalentes de caixa[2]	169.801	85.459
Endividamento líquido	1.230.907	1.272.257
Patrimônio líquido	1.579.720	1.474.073
Grau de alavancagem[3]	**43,8%**	**46,3%**
Patrimônio líquido	1.579.720	1.474.073
Ativo total	3.101.863	2.946.942
Índice de capital próprio[4]	**0,509**	**0,500**
Ativo circulante	241.595	154.364
Passivo circulante	85.202	56.590
Índice de liquidez corrente[5]	**2,8**	**2,7**

1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.
2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
4) Patrimônio líquido / Ativo total
5) Ativo circulante / Passivo circulante

Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais

Engenharia e Construção

No exercício de 2020, deu-se continuidade às atividades de finalização das obras civis da UHE Sinop e resolução das pendências eletromecânicas.

Considerando o compromisso em relação à manutenção de suas atividades necessárias para a continuidade de Operação da UHE Sinop, de acordo com todos os requisitos legais e parâmetros de segurança exigidos, foi identificada, pela Companhia, a necessidade de realização de obras referentes à construção de uma nova parede anti-refluxo à jusante do empreendimento, a qual ocasionou a necessidade de paralisação de ativos essenciais à operação do Projeto, incluindo a paralisação das duas Unidades Geradoras (UGs).

Assim, no período foi realizada a aquisição e disponibilização de peças, materiais e insumos para a obra, fabricação dos pré-moldados necessários para a construção da nova parede, mobilização das empresas envolvidas e início das obras em setembro de 2020 e conclusão em 22 de novembro de 2020, conforme anuência concedida pelos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada no dia 28 de agosto de 2020.

Ainda, considerando o período de paralisação da Usina, foi realizada a manutenção programada referente às 4.000h de funcionamento das duas unidades geradoras: UG1 e UG2.

Ações do Meio Ambiente

Ao longo dos meses de abril a setembro/2020, a Companhia procedeu com as ações afetas à prevenção e combate ao Covid-19, através de recursos associados ao subcrédito D do Contrato de Financiamento do BNDES, sendo realizadas doações de cestas básicas e equipamentos às secretarias e prefeituras municipais, bem como outras instituições de apoio social.

Após a realização das manobras necessárias à paralisação da Usina, foi constatada, em 15 de agosto/20, a alteração no ambiente a jusante do barramento da UHE Sinop, acarretando evento de mortandade de peixes no rio Teles Pires. A Companhia procedeu às ações de comunicação do ocorrido ao órgão ambiental, bem como à verificação das possíveis causas e procedimentos para recolhimento dos espécimes. Em virtude do evento registrado de perecimento de peixes, foi estruturado um Comitê Técnico de Operação e Manutenção, com profissionais representantes das empresas acionistas e da Companhia, com reuniões técnicas periódicas, buscando a solução para a mitigação do perecimento de peixes e a revisão dos procedimentos operacionais na operação da UHE Sinop. Ainda, foi realizada a contratação de consultores especialistas em ictiofauna, qualidade da água e empreendimentos hidrelétricos, para a elaboração de um Plano de Ação Conjunta referente a mitigação do perecimento de peixes na operação da UHE Sinop.

Destaca-se, ainda, o andamento da instalação do Sistema de Repulsão de Peixes, cuja instalação iniciou-se em dezembro de 2020 e a instalação de Sondas Multiparâmetros para monitoramento da qualidade da água, cuja instalação também se iniciou em dezembro de 2020, em atendimento ao Termo de Acordo firmado com o MPF e SEMA/MT. A previsão é que ambos os equipamentos sejam completamente operacionais até a conclusão do primeiro trimestre de 2021.

Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 02 de abril de 2020, para a emissão do relatório de auditoria sobre a Demonstrações Financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e os relatórios de sobre as Informações Contábeis Intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020. A partir do contrato celebrado referente ao exercício de 2020, a KPMG prestará

serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("ICVM 480"), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, e com a opinião expressa no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Seguimos comprometidos com os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas, realizando as obras necessárias para maior segurança e a preservação do patrimônio da Sinop Energia. Mantemos rígidos protocolos de saúde e sanitários para o combate da COVID-19, contemplando testagem dos funcionários e todos os terceiros contratados da UHE Sinop. Também nesse período em parceria com o BNDES realizamos a entrega de 15.000 (quinze mil) cestas básicas, 12.000 (doze mil) frascos de álcool em gel, para diversas instituições de nossa região, o que tem ajudado a minimizar as dificuldades trazidas pela pandemia. Buscamos constantemente aumentar o nível de segurança da nossa operação e os novos investimentos em fase de implantação e que serão operacionalizados até a conclusão do primeiro trimestre de 2021 representam mais uma manifestação do nosso compromisso.

Por fim, agradecemos a todos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança.

Diretoria da Sinop Energia

KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobras as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - Mato Grosso

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros	
Notas Explicativas nºs 5.d, 5.g e 11 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia apresenta o saldo de R$ 2.188.855 mil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 relativo ao ativo imobilizado, líquido da provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R$ 837.931 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Devido aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais, a Companhia identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC). Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras do empreendimento. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, à subjetividade das premissas, como a taxa de desconto, inflação de custos, entre outras que foram utilizadas na determinação do valor recuperável dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliamos o desenho dos principais controles relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas-base para a elaboração dos estudos de valor recuperável disponibilizados pela Companhia. • Análise das projeções de fluxo de caixa da Companhia com base nos contratos de energia firmados. • Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas mais importantes e da metodologia utilizada, como preço de venda de energia, inflação e as taxas de desconto, comparando-as com dados obtidos de fontes externas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Demonstração do valor adicionado Outros assuntos –

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditories

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos - SP, 10 de marco de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027611/F São Carlos

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Companhia Energética Sinop S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	169.801	85.459
Contas a receber	7	34.998	33.802
Estoques		7.682	3.974
Tributos e contribuições a recuperar	8	25.660	28.058
Adiantamentos		3.065	1.958
Despesas antecipadas		389	1.113
Total do ativo circulante		**241.595**	**154.364**
Não Circulante			
Outro ativos		537	-
Tributos e contribuições a recuperar	8	18.536	20.309
Fundos vinculados	9	77.373	151.330
Ativo fiscal diferido	10	331.471	385.996
Total do realizável a longo prazo		**427.917**	**557.635**
Imobilizado	11	2.402.584	2.204.263
Intangível	12	29.767	30.680
Total do ativo não circulante		**2.860.268**	**2.792.578**
Total do ativo		**3.101.863**	**2.946.942**

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	29.689	20.457
Tributos e contribuições a recolher		3.395	1.483
Obrigações trabalhistas		1.384	1.236
Obrigações setorias		406	1.006
Financiamento BNDES	14	33.136	26.173
Debêntures	15	3.540	651
Uso do bem público	12(i)	2.260	1.950
Provisões sócioambientais	16	11.362	3.586
Outros passivos circulantes		30	48
Total do passivo circulante		**85.202**	**56.590**
Não Circulante			
Financiamento BNDES	14	1.105.378	1.082.156
Debêntures	15	258.654	248.736
Obrigações setoriais		2.202	1.063
Uso do bem público	12(i)	27.616	28.775
Provisões sócioambientais	16	42.567	54.901
Provisões para contingências	17	524	648
Total do passivo não circulante		**1.436.941**	**1.416.279**
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	2.234.136	2.234.136
Prejuízos acumulados	18	(654.416)	(760.063)
Total do patrimônio líquido		**1.579.720**	**1.474.073**
Total do passivo		**1.522.143**	**1.472.869**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.101.863**	**2.946.942**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	19	269.534	241.589
Outras receitas		113	-
Custos com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	20	(60.693)	(306.157)
Encargos de uso do sistema de transmissão	21	(40.429)	(37.792)
Outros custos com geração de energia elétrica	22	(120.786)	(38.276)
Lucro (prejuízo) bruto		**47.739**	**(140.636)**
Despesas gerais administrativas	23	(15.433)	(18.966)
(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável - *Impairmen*	11	242.540	123.191
Provisão para perdas estimadas		2.023	(2.023)
Resultado antes do resultado financeiro		**276.869**	**(38.434)**
Receitas financeiras	24	6.022	7.910
Despesas financeiras	24	(122.719)	(31.962)
Resultado financeiro	24	**(116.697)**	**(24.052)**
Resultado antes dos impostos		**160.172**	**(62.486)**
Contribuição social diferida	10	(14.439)	4.892
Imposto de renda diferido	10	(40.086)	13.612
Lucro (prejuizo) do exercício		**105.647**	**(43.982)**
Prejuízo básico/diluído por ação - R$	18	0,04729	(0,02225)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	**105.647**	**(43.982)**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**105.647**	**(43.982)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2019		**1.694.200**	**(716.081)**	**978.119**
Integralização de capital social em moeda corrente		539.936	-	539.936
Resultado do exercício		-	(43.982)	(43.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18	**2.234.136**	**(760.063)**	**1.474.073**
Resultado do exercício		-	105.647	105.647
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18	**2.234.136**	**(654.416)**	**1.579.720**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	160.172	(62.486)
Encargos da dívida	118.803	24.668
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)	(2.197)	(29.817)
Provisão para redução do valor recuperável	(242.540)	(123.191)
Depreciação e amortização	108.475	24.750
	142.713	**(166.076)**
Variações no ativo		
Adiantamentos	(1.107)	(1.737)
Tributos e contribuições a recuperar	4.171	(13.521)
Títulos e créditos a receber	826	14.514
Despesas antecipadas	724	14.720
Estoques	(3.708)	(3.974)
Outros ativos	(537)	-
	369	**10.002**
Variações no passivo		
Fornecedores	2.723	(33.380)
Tributos e contribuições a recolher	1.912	(2.252)
Obrigações trabalhistas	148	(255)
Encargos setoriais	539	1.879
Uso do bem público	(2.167)	(2.098)
Outros passivos	(16)	48
	3.139	**(36.058)**
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures	(20.564)	-
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	(42.809)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizadas nas) atividades operacionais	**82.848**	**(192.132)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(60.075)	(106.814)
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES - parcela capitalizada	-	(92.335)
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures - parcela capitalizada	-	(10.534)
Aplicação de depósitos vinculados	(13.203)	(89.696)
Resgate de depósitos vinculados	88.598	-
Aplicações financeiras	-	15.999
Adição de intangível		(67)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**15.320**	**(283.447)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação financiamento - BNDES	1.637	50.631
Integralização de capital social	-	539.936
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	(14.792)	(23.401)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	(671)	(6.650)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(13.826)**	**560.516**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**84.342**	**84.937**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85.459	522
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	169.801	85.459
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**84.342**	**84.937**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	305.792	270.107
Outras receitas	113	1
	305.905	**270.108**
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(134.015)	(381.292)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.450)	(21.307)
Perda/Recuperação de valores ativos - *Perdas esperadas*	244.563	121.168
Outras (Contingências trabalhistas)	(168)	(648)
	102.930	**(282.079)**
3 - Valor adicionado bruto	**408.835**	**(11.971)**
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(96.624)	(24.750)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**312.211**	**(36.721)**
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.022	7.910
	6.022	**7.910**
7 - Valor adicionado total	**318.233**	**(28.811)**
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	9.709	7.033
Benefícios	2.083	1.274
FGTS	485	591
	12.277	**8.898**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	76.836	(26.360)
Estaduais	6	112
	76.842	**(26.248)**
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	122.719	31.962
Aluguéis	748	559
	123.467	**32.521**
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	105.647	(43.982)
	105.647	**(43.982)**
Valor adicionado total	**318.233**	**(28.811)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia" ou "Sinop Energia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, categoria "B", constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 18), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop ("UHE" ou "UHE Sinop" ou "Usina" ou "Empreendimento"), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Após conclusão do enchimento, a Sinop Energia realizou tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960, autorizando o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024. Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a Unidade Geradora (UG) 02 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG02 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG02 iniciou-se em 17 de setembro de 2019.

Para a UG01, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu a Declaração de Atendimento aos requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/P) em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual libera a unidade geradora UG01 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG01 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Em agosto de 2020, ocorreu a parada das Unidades Geradoras para realização da atividade programada de 4.000 horas e uma obra de construção da nova parede anti-refluxo (jusante). Em outubro de 2020, foi concluída às atividade de manutenção nas Unidades Geradoras referente a parada de 4.000 horas e no mês de novembro de 2020, foi concluída integralmente os serviços de construção da nova parede anti-refluxo.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações financeiras .

A emissão destas Demonstrações financeiras foi autorizado pela Diretoria da Companhia em 10 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e estas Demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** – Avaliação da determinação sobre os gastos capitalizáveis como custo do ativo imobilizado.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa 5g, 11 e 12** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

- **Notas explicativas 11 e 12** – determinação das vidas úteis e valores residuais para fins de mensuração das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível.;

- **Notas explicativas 16 e 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 26 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não identificou impactos materiais sobre as demonstrações financeiras relacionadas as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros avaliados aos seus valores justos.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, observado o mencionado na Nota Explicativa nº 3.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras em operações compromissadas e fundos de investimentos. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, coincidente com o seu valor de realização (vide Nota Explicativa nº 6).

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante (Nota Explicativa nº 7). São mensuradas ao custo amortizado.

d. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para reduzir o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e iniciou, para os bens unitizados, partir do mês de outubro de 2019, quando a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, a qual liberou a unidade geradora UG01para início da operação comercial (Nota Explicativa nº 01).

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Terrenos	30 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL e inferir ao tempo de concessão, expressando adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

e. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, limitando ao tempo de concessão da usina.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do CCEAR.

f. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

g. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking)*.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 16 e 17).

j. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 13).

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 14 e 15).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

l. Partes relacionadas

Os termos e condições dessas transações partes relacionadas não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração. Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato. (Nota Explicativa nº 25).

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

***(ii)* Classificação e mensuração subsequente**

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento

de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros

mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

***(iii)* Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

n. Receita operacional

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de geração de energia foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47.

Receita relacionada aos ativos de geração de energia elétrica

A Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de geração de energia elétrica, sendo elas a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade. De acordo com o CPC 47,

qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida, deve ser reconhecida como ativo de contrato.

Venda de energia e serviços

a) Geração

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Multas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	443	172
- Banco Itaú Unibanco S.A.	37	76
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco do Brasil S.A. (i)	169.318	85.208
	169.801	**85.459**

(i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 31 de dezembro de 2020 de 96% do CDI (idêntico em 31 de dezembro de 2019).

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 26.

7 Contas a receber

	2020			2019
	Vincendos	**Vencidos Até 30 dias**	**Total**	
Contas a receber de clientes (i)	34.200	2	34.202	35.048
Partes relacionadas (ii)	796	-	796	776
(-) Perdas esperadas (iii)	-	-	-	(2.022)
	35.796	2	34.998	33.802

(i) Referem-se, substancialmente:
(a) venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R$ 34.200 (R$ 35.048, em 31 de dezembro de 2019);
(b) outras contas a receber de R$ 2 (R$ 2, em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) à partes relacionadas R$ 796 (R$ 776, em 31 de dezembro de 2019). Nota explicativa nº 19.

(iii) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de perdas esperadas era de R$ 2.022, sendo este recebido no primeiro trimestre de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as análises, como base no histórico de perdas, e concluiu que não possuía perdas esperadas sobre o contas a receber, dessa forma nenhuma provisão foi registrada.

8 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante

	2020	2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	21.106	23.053
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	4.554	5.005
	25.660	**28.058**

Não circulante

	2020	2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	7.558	9.799
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	1.670	2.177
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	8.945	7.904
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar	-	66
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	18.536	**20.309**
	44.196	**48.367**

(i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados, até 31 de outubro de 2019), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possuí expectativa de gerar R$ 29.137 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para o próximo ano, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.

(ii) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 referentes aos aportes dos acionistas, aportes do BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e operação comercial.

9 Fundos vinculados

	2020	2019
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	30.629	29.962
Conta reserva adicional (*)	-	88.470
Conta centralizadora	9.674	9.849
	40.303	**128.281**
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	13.190	10.639
Reserva adicional	13.190	10.639
Conta de pagamento	10.690	1.771
	37.069	**23.049**
	77.373	**151.330**

(i) Referentes aos empréstimos BNDES.

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva
A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios".

Conta reserva adicional (*)
A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 09.

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, no valor de R$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente.

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva
A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional
A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 09.

Conta pagamento
Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das

debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Alíquota	2020	2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(358.209)	(276.108)
Imposto de renda diferido	25%	89.039	68.489
Contribuição social diferida	9%	32.036	24.647
		121.075	**93.136**
Provisão de *Impairment*		(624.253)	(866.742)
Outras provisões		-	(242)
Imposto de renda diferido	25%	154.703	215.338
Contribuição social diferida	9%	55.693	77.522
		210.396	**292.860**
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(982.462)	(1.142.901)
Imposto de renda diferido	25%	243.742	283.405
Contribuição social diferida	9%	87.729	102.591
		331.471	**385.996**

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 1° de janeiro de 2019	**367.492**
Reconhecimento no exercício	62.239
Reversão de provisão	(43.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**385.996**
Reconhecimento no exercício	27.939
Reversão de provisão	(82.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**331.471**

Demonstrativo de base de cálculo

	2020 IR e CSLL	2019 IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**160.172**	**(62.486)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo do tributo	(242.273)	(120.99)
Adições	267	2.692
Exclusões	(242.540)	(123.191)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	**(82.101)**	**(182.985)**
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	**27.914**	**62.215**
Outros	(25)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	27.939	62.239

Reversão de diferenças temporárias – *Impairment (Nota Explicativa nº 11)*	(82.465)	(43.735)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(54.425)**	**18.504**
Contribuição social diferida	(14.439)	4.892
Imposto de renda diferido	(40.086)	13.612
	(54.525)	**18.504**
Alíquota efetiva	66,4%	10,1%

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de dezembro de 2020:

Exercícios	**Total**
2021	-
2022	-
2023	-
2024	-
2025	531
2026	5.717
2027	7.491
2028	10.049
2029	12.365
Acima de 2030	295.318
Total	**331.471**

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por ser o segundo ano das operações a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações no segundo semestre de 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

11 Imobilizado

Movimentação do período findo em 31 de dezembro de 2020

		Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências /Unitização (a)	Saldos em 2020
Geração							
Em curso							
Terrenos		392.251	574	-	-	(392.441)	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.444.955	1.835	-	-	(1.446.515)	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		538.784	65.219	-	(7.432)	(491.136)	105.435
Máquinas e equipamentos a ratear		342.617	2.617	-	-	(345.234)	-
Veículos		451	-	-	-	(451)	-
Estudos de projetos a ratear	(i)	23.574	-	-	-	(23.574)	-
Adiantamentos a fornecedores	(ii)	1.257	923	-	(1.570)	-	610
		2.743.889	**71.168**	**-**	**(9.002)**	**(2.699.351)**	**106.704**
Terrenos a pagar	(iii)	1.436	28	-	(637)	-	827
Medições	(iii)	8.085	3.834	-	(7.541)	-	4.378
Juros capitalizados	(iv)	346.131	-	-	-	(346.131)	-
Subtotal - Geração em curso		**3.099.541**	**75.030**	**-**	**(17.180)**	**(3.045.482)**	**111.909**
Em serviço							
Veículos		253	48	-	-	451	752
Terrenos		-	-	-	-	392.415	392.415

		Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências /Unitização (a)	Saldos em 2020
Geração							
Em curso							
Reservatórios		-	-	-	-	1.863.507	1.863.507
Edificações		-	-	-	-	490.318	490.318
Máquinas e equipamentos		1.626	622	-	-	263.793	266.041
Móveis e utensílios		50	-	-	-	878	928
(-) Depreciação acumulada - Veículos	(v)	(22)	-	(120)	-	-	(142)
(-) Depreciação acumulada - Terrenos	(v)	-	-	(16.215)	-	-	(16.215)
(-) Depreciação acumulada - Reservatórios	(v)	-	-	(77.049)	-	-	(77.049)
(-) Depreciação acumulada - Edificações	(v)	-	-	(20.463)	-	-	(20.463)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e Equipamentos	(v)	(52)	-	(12.413)	-	-	(12.465)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e Utensílios	(v)	(2)	-	(72)	-	-	(74)
Reversão da provisão de depreciação	(v)	(22.149)	-	22.149	-	-	-
Subtotal - Geração em serviço		**(20.296)**	**669**	**(104.183)**	**-**	**3.011.362**	**2.887.552**
Total - Geração		**3.079.245**	**75.699**	**(104.183)**	**(17.180)**	**(34.120)**	**2.999.461**
Sistema de transmissão de conexão							
Em serviço		-	-	-	-	34.120	34.120
(-) Depreciação acumulada	(v)	-	-	(1.460)	-	-	(1.460)
Total - Sistema de transmissão de conexão		**-**	**-**	**(1.460)**	**-**	**34.120**	**32.660**
Administração							
Em serviço		1.286	692	-		-	1.978
(-) Depreciação acumulada		(976)	-	(602)	-	-	1.578
Total - Administração		**310**	**692**	**(602)**	**-**	**-**	**400**
Total - Imobilizado		**3.079.555**	**76.391**	**(106.245)**	**(17.180)**	**-**	**3.032.521**
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(866.742)	-	-	242.540	-	(624.202)
(-) AVP - Atualização a valor presente (*)		(8.550)	-	-	2.815	-	(5.735)
Total - Imobilizado líquido		**2.204.263**	**76.391**	**(106.245)**	**228.175**	**-**	**2.402.584**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

		Saldos em 2018	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 2019
Geração							
Em curso							
Terrenos		387.428	920	-	-	3.903	392.251
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.398.002	37.760	-	-	9.193	1.444.955
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		480.950	56.271	-	-	1.563	538.784
Máquinas e equipamentos a ratear		328.704	11.974	-	-	1.939	342.617
Veículos		447	4			-	451
Estudos de projetos a ratear	(i)	23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii)	3.599	1.059	-	-	(3.401)	1.257
		2.622.704	**107.988**	**-**	**-**	**13.197**	**2.743.889**
Terrenos a pagar	(iii)	255	5.084	-	-	(3.903)	1.436
Medições	(iii)	9.826	7.553	-	-	(9.294)	8.085
Juros capitalizados	(iv)	249.830	96.301	-	-	-	346.131
(-) Depreciação acumulada	(v)	-	-	(22.149)	-	-	(22.149)
Subtotal - Geração em curso		**2.882.615**	**216.926**	**(22.149)**	**-**	**(13.197)**	**3.077.392**
Em serviço							
Veículos		-	253	-	-	-	253
Máquinas e equipamentos		65	1.561	-	-	-	1.626
Móveis e utensílios		-	50	-	-	-	50
(-) Depreciação acumulada		(3)	-	(73)	-	-	(76)
Subtotal - Geração em serviço		**62**	**1.864**	**(73)**	**-**	**-**	**1.853**
Total geração		**2.882.677**	**218.790**	**(22.222)**	**-**	**-**	**3.079.245**
Administração							
Em serviço		1.168	118	-		-	1286
(-) Depreciação acumulada		(752)	-	(224)	-	-	(976)
Total Administração		**416**	**118**	**(224)**	**-**	**-**	**310**
Total		**2.883.093**	**218.908**	**(22.446)**	**-**	**-**	**3.079.555**

	Saldos em 2018	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 2019
Geração						
Em curso						
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(989.933)	-	-	123.191	-	(866.742)
(-) AVP - Atualização a valor presente (*)	-	-	-	(8.550)	-	(8.550)
Imobilizado líquido	**1.893.160**	**218.908**	**(22.446)**	**114.641**	**-**	**2.204.263**

(a) Em 31 de agosto de 2020, a Companhia transferiu do "Ativo em Curso" para o "Ativo em serviço" o valor de R$ 3.045.481, através do procedimento de unitização.

(*) Atualização do valor presente referente as provisões socioambientais a taxa média do IPCA médio de 3,3% relativo aos anos de 2021 a 2026.

A Companhia é vedada de alienar ou ceder , a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

(i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.

(ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.

(iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.

(iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

	2020 (**)	2019
Encargos BNDES (a)	-	72.865
Encargos debêntures (b)	-	21.922
Apropriação de custo BNDES	-	783
Apropriação de custo debêntures	-	731
	-	**96.301**

(**) A operação comercial iniciou em Setembro de 2019.

a) Encargos incidentes sobre os valores aportados, conforme o Contrato de Financiamento, cláusula terceira, capitalizados mensalmente.

b) Encargos incidentes sobre os valores aportados no mês de julho de 2018, conforme a Escritura de Debêntures, cláusula 4.2, capitalizados mensalmente.

(v) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo inferiores ao tempo de concessão.

a) Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão parcial subsequente foram reconhecidas em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou as premissas e estimativas de seu teste de recuperabilidade utilizadas em 2019 e constatou que houve uma reversão de R$ 242.540, basicamente representada pela redução da taxa de desconto (WACC).

(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	2020	2019
Saldo inicial	(866.742)	(989.933)
Reversão	242.540	123.191
Total impairment	**(624.202)**	**(866.742)**

Em 31 de dezembro de 2020, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	**2020**	**2019**
	2.402.584	**2.204.263**

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	2020	**2019**
Taxa de desconto (WACC) (a)	9,33%	9,50%

Referente ao custo médio ponderado de capital - Weighted Average Cost of Capital (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

Análise de sensibilidade

Para valor recuperável desta UGC, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos não observáveis, e mantendo os demais inputs constantes, teriam os seguintes efeitos.

	Aumento	**Redução**
Taxa de desconto (WACC) (1% de alteração)	2.421	(2.421)

12 Intangível

Movimentação do período findo em 31 de dezembro de 2020 do intangível

	Saldos em 2019	**Adições (+)**	**Amortização (-)**	**Saldos em 2020**
Geração				
Software - GER	67	-	-	67
(-) Amortização *Softwares* - GER	(2)	-	(13)	(15)
Em curso - UBP (i)	32.822	1.317	-	34.139
(-) Amortização acumulada (ii)	(2.273)	-	(2.167)	(4.440)
Total - Geração	**30.614**	**1.317**	**(2.180)**	**(29.751)**
Administração Central				
Em serviço (iii)	1.009	-	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(943)	-	(50)	(993)
Total - Administração	**66**	-	**(50)**	**16**
Total	**30.680**	**1.317**	**(2.230)**	**29.767**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do intangível

	Saldos em 2018	**Adições (+)**	**Amortização (-)**	**Saldos em 2019**
Geração				
Software - GER	-	67	-	67
(-) Amortização *Softwares* - GER	-	-	(2)	(2)
Em curso -UBP (i)	30.756	2.066	-	32.822
(-) Amortização acumulada	(175)	-	(2.098)	(2.273)
Total - Geração	**30.581**	**2.133**	**(2.100)**	**30.614**
Administração Central				

	Saldos em 2018	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 2019
Em serviço (ii)	922	87	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(741)	-	(202)	(943)
Total - Administração	**181**	**87**	**(202)**	**66**
Total	**30.762**	**2.220**	**(2.302)**	**30.680**

(i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018, até o 35º ano da Concessão.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R$ 756 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 1.950 em 31 de dezembro de 2019) e não circulante (R$ 29.120 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 28.775 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,08% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

(ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

13 Fornecedores

	2020	2019
Energia comprada para revenda (i)	12.805	-
Materiais e serviços (ii)	7.316	11.479
Partes relacionadas (iii)	3.641	2.657
EUST (iv)	3.379	3.593
Fundiário (v)	1.087	1.556
Outros (vi)	966	643
Retenções contratuais (vii)	495	529
	29.689	**20.457**

(i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do período.
(ii) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e operação e manutenção.
(iii) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 25.
(iv) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
(v) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
(vi) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, e etc.
(vii) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

14 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das Demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados no resultado financeiro, desde a entrada em operação comercial, no quarto trimestre de 2019 (Nota Explicativa nº 01).

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	pré 2,88% a.a.	34.234	-	(1.098)	33.136
		34.234	**-**	**(1.098)**	**33.136**

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Empréstimos	pré 2,88% a.a.	1.120.012	-	(18.086)	1.101.926
Atualização	TJLP	-	3.452	-	3.452
		1.120.012	**3.452**	**(18.086)**	**1.105.378**
Total do financiamento		**1.154.246**	**3.452**	**(19.184)**	**1.138.514**

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	27.274	-	(1.101)	26.173
		27.274	**-**	**(1.101)**	**26.173**

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	1.097.532	-	(19.184)	1.078.348
Atualização	TJLP	-	3.808	-	3.808
		1.097.532	**3.808**	**(19.184)**	**1.082.156**
Total do financiamento		**1.124.806**	**3.808**	**(20.285)**	**1.108.329**

Movimentação do financiamento e debentures (nota explicativa 15) em 31 de dezembro de 2020 - (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.108.329**	**249.387**	**1.357.716**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Empréstimos captados de terceiros	1.637	-	1.637
Amortização de principal	(14.792)	(671)	(15.463)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(13.155)**	**(671)**	**(13.826)**
Outras variações			
Provisão de juros	85.048	33.161	118.209
Pagamento de juros	(42.809)	(20.564)	(63.373)
Custo de transação	1.101	881	1.932
Total de outras variações	**43.340**	**13.478**	**56.818**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.138.514**	**262.194**	**1.400.708**

Movimentação do financiamento e debentures em 31 de dezembro de 2019 - (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	**Debêntures**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.076.803**	**236.794**	**1.313.597**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(23.401)	(6.650)	(30.051)
Empréstimo captado	51.591	-	51.591
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**28.190**	**(6.650)**	**21.540**
Outras variações			
Provisão de juros	95.574	28.899	124.473
Provisão de juros (capitalizado)	3.239	18.365	21.604
Pagamento de juros (capitalizado)	(92.335)	(10.534)	(102.869)
Custo de transação	97	878	975
Total de outras variações	**3.336**	**19.243**	**22.579**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.108.329**	**249.387**	**1.357.716**

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2020 – 12 meses

Saldo em 2019	**Adição**	**Amortização**	**Saldo em 2020**
20.285	-	(1.101)	19.184

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2019 – 12 meses

Saldo em 2018	**Adição**	**Amortização**	**Saldo em 2019**
20.383	959	(1.057)	20.285

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

	(*) 2020	**2019**
Encargos totais da dívida	-	72.690
Amortização do custo incremental	-	783
	-	**73.473**

(*) A operação comercial iniciou em Setembro de 2019.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos ("A", "B" e "D"). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito "C", no valor de R$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	**Valor**	**Juros**	**Destino**
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	**1.018.000**		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de

investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	Subcrédito D
Entre fev/2021 até dez/2021	3.363

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2021	34.234
2022	36.888
2023	39.629
2024	42.574
2025	45.737
2026	49.135
Após 2026	909.501
Total da dívida com encargos	**1.157.698**
Custo incremental	(19.184)
	1.138.514

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.

- Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.

- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9 e 14, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiras (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de

renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das Demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)
O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), por 2 dois anos consecutivos imediatamente anteriores: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da finança corporativa.
O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

15 Debêntures

Características
Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R$ 236.000 ("Segunda Emissão de Debêntures"). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado
O valor nominal atualizado será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2021	4.418
2022	6.542
2023	10.653
2024	15.553
2025	19.541
A partir de 2025	191.289
Total da dívida com encargos	**272.259**
Custo incremental	**(10.065)**
	262.194

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 ("data da incorporação"); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiras (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente

índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Demonstrações financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação de Demonstrações financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações das demonstrações financeiras auditadas.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	2.656	-	(858)	1.778
Atualização		-	1.762	-	1.762
		2.656	**1.762**	**(858)**	**3.540**
Não circulante					
Debêntures		234.972		(9.817)	225.785
Atualização		-	32.869	-	32.869
		234.972	**32.869**	**(9.187)**	**258.654**
Total das debêntures		**237.628**	**34.631**	**(10.065)**	**262.194**

Movimentação das debêntures em 2020 - 12 meses

	Saldo em 2019	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2020
Circulante						
Debêntures	651	(671)	22.289	(20.563)	73	1.779
Atualização	-	-	1.762	-	-	1.762
	651	**(671)**	**24.051**	**(20.563)**	**73**	**3.540**
Não circulante						
Debêntures	231.202	-	(22.289)	(1.469)	808	208.252
Atualização	17.534	-	(1.762)	34.630	-	50.402
	248.736	**-**	**(24.051)**	**33.161**	**808**	**258.654**
Total das debêntures	**249.387**	**21.235**	**-**	**33.161**	**881**	**262.194**

Composição do custo incremental

Saldo em 2019	Adição	Amortização	Saldo em 2020
10.946	-	(881)	10.065

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

	(*) 2020	2019
Encargos totais da dívida	-	22.140
Amortização do custo incremental	-	731
	-	**22.871**

(*) A operação comercial iniciou em setembro de 2019.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	680	-	(29)	651
		680	**-**	**(29)**	**651**
Não circulante					
Debêntures		259.653		(10.917)	248.736
		259.653	**-**	**(10.917)**	**248.736**
Total das debêntures		**260.333**	**-**	**(10.946)**	**249.387**

Movimentação das debêntures em 2019 - 12 meses

	Saldo em 31/12/2018	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2019
Circulante						
Debêntures	5.564	(6.650)	1.662	50	25	651
Atualização	315	(10.534)	9.509	710	-	-
	5.879	**(17.184)**	**11.171**	**760**	**25**	**651**
Não circulante						
Debêntures	218.612	-	10.460	1.277	853	231.202
Atualização	12.303	-	(21.631)	26.862	-	17.534
	230.915	**-**	**(11.171)**	**28.139**	**853**	**248.736**
Total das debêntures	**236.794**	**(17.184)**	**-**	**28.899**	**878**	**249.387**

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 2019
11.824	-	(878)	10.946

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 31 de dezembro de 2019	
Encargos totais da dívida	22.140
Amortização do custo incremental	731
	22.871

16 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	2020	2019
Físico biótico	11.362	3.586
	11.362	**3.586**

Não circulante

	2020	2019
Físico biótico (*)	48.302	62.486
Investimentos sociais	-	965
(-) Ajuste a valor presente (i)	(5.735)	(8.550)
	42.567	**54.901**
	53.929	**58.487**

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras); Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas; Subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas; Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários; Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila; Programa de Monitoramento de Encostas Marginais; Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudas; Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Fauna Aquática e Semiaquática; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial; Programa de Resgate da Ictiofauna; Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água; e Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.

(i) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R$ 5.735, tendo como base a projeção do IPCA médio de 3,3% a.a. (3,6% a.a. em 31 de dezembro de 2019) (Nota explicativa nº 11).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R$ 11.362 (R$ 3.586, em 31 de dezembro de 2019) e no passivo não circulante R$ 42.567 (R$ 54.901, em 31 de dezembro de 2019).

17 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade "provável"

Movimentações em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Saldo inicial	**648**	**108**
Adições	25	693
Pagamentos/baixas	(149)	(153)
Saldo final	**524**	**648**

A Companhia é ré em processos trabalhistas. Todos os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade "possível"

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como "possível" e, consequentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de dezembro de 2020, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R$ 157.421 (R$ 155.988 em 31 de dezembro de 2019), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação em 2020 – 12 meses

	2019	Adições	Baixas	2020
Cíveis e outras (i)	122.432	9.876	(10.877)	121.431
Trabalhistas (ii)	3.288	1.906	(1.759)	3.435
Tributárias (iii)	30.268	2.287	-	32.555
Total	**155.988**	**14.069**	**(12.636)**	**157.421**

Movimentação em 2019 – 12 meses

	2018	Adições	Baixas	2019
Cíveis e outras (i)	67.557	55.395	(520)	122.432
Trabalhistas (ii)	2.762	2.016	(1.490)	3.288
Tributárias (iii)	30.268	-	-	30.268
Total	**100.587**	**57.411**	**(2.010)**	**155.988**

(i) Cíveis

As contingências cíveis, substancialmente, são de autoria de Entidades Públicas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal e Prefeituras (R$ 113.803) e Outros, tais como: Pessoas Físicas e Jurídicas (R$ 7.628).

(ii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(iii) Tributárias

Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R$ 9.858, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.
Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.
Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Munícipio ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R$ 22.697, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.
Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.
Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Munícipio ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

18 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor total de capital social integralizado é de R$ 2.234.136, que compreende 2.234.136.449 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	**2.234.136**	**100,0%**

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2020	2019
Lucro ou (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	105.647	(43.982)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	1.976.656
Lucro ou (prejuízo) por ação (básico) - R$	0,04729	(0,02225)
Lucro ou (prejuízo) por ação (diluído) - R$	0,04729	(0,02225)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o lucro e o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

19 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	2020	2019
Receita com venda de energia - (i) ACR	296.110	261.165
Receita com venda de energia - (ii) ACL	9.683	8.942
COFINS sobre venda de energia elétrica	(23.207)	(20.528)
PIS sobre venda de energia elétrica	(5.038)	(4.457)
Encargos setoriais (*)	(8.014)	(3.533)
	269.534	**241.589**
Referem-se à comercialização de energia elétrica de:		
(i)		
MWh	1.895.587	1.891.472
Preço médio – em R$	156,21	136,92
(ii)		
MWh	50.244	58.740
Preço médio – em R$	192,71	189,29

(*) Os encargos setoriais referem-se à: (a) Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) sobre a receita operacional líquida, que passou a ser exigível a partir de 1º de dezembro de 2018, quando encerrou o período de excludente de responsabilidade decretado pela ANEEL.

20 Custos com comercialização de energia elétrica

	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(60.693)	(306.157)
	(60.693)	**(306.157)**
(i)		
MWh	191.438	1.477.143
Preço médio – em R$	335,13	223,16

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS); e

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, com o início da operação comercial em setembro de 2019 da UG02 e no mês de outubro de 2019 da UG01,a Companhia reduziu significativamente os custos com a aquisição de energia elétrica.

21 Encargos de uso do sistema de transmissão

	2020	2019
Encargos de uso do sistema de transmissão	(40.429)	(37.792)

22 Outros custos com energia elétrica

	Nota	2020	2019
Depreciações e amortizações (a)	22a	(96.001)	(24.323)
Serviços de terceiros (b)	22b	(15.517)	(9.963)
Pessoal, encargos e benefícios	22c	(5.844)	(1.265)
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(1.920)	(2.274)
Materiais		(1.495)	(425)
Passagens e hospedagens		(9)	(26)
		(120.786)	**(38.276)**

22a. Depreciações e amortizações	11		
- Depreciação – Geração		(104.183)	(24.323)
- Depreciação – Sistema de conexão		(1.460)	-
- Amortização – Geração		(2.230)	-
		(107.823)	**(24.323)**
Créditos de Pis e Cofins sobre depreciação e amortização		11.822	-
Valor líquido de depreciação e amortização		**(96.001)**	**(24.323)**

22b. Serviços de terceiros

	2020	2019
Assessoria e consultoria de O&M	(9.928)	(8.403)
Programas ambientais - OPEX	(3.595)	-
Monitoramento e vigilância	(699)	(796)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(671)	(216)
Compartilhamento de infraestrutura	(458)	-
Transportes	(140)	(29)
Outros	(26)	(519)
	(15.517)	**(9.963)**

22c. Pessoal, encargos e benefícios

	2020	2019
Remuneração de empregados	(4.102)	(885)
Encargos trabalhistas	(1.471)	(319)
Benefícios a empregados	(271)	(61)
	(5.844)	**(1.265)**

Nos primeiros nove meses de 2019, não havia outros custos de energia elétrica reconhecido, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional.

23 Despesas gerais e administrativas

	Nota	2020	2019
Serviços de terceiros	23a	(6.443)	(8.029)
Pessoal, encargos e benefícios	23b	(6.433)	(7.633)
Arrendamentos e aluguéis		(748)	(559)
Outros		(731)	(867)
Depreciações e amortizações		(623)	(427)
Litígios trabalhistas e cíveis	17	(168)	(648)
Materiais		(164)	(228)
Passagens e hospedagens		(123)	(575)
		(15.433)	**(18.966)**

23a. Serviços de terceiros

	2020	2019
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(5.054)	(5.951)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(531)	(882)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(298)	(404)
Outros	(282)	(382)
Monitoramento e vigilância	(223)	(363)
Transportes	(55)	(47)
	(6.443)	**(8.029)**

23b. Pessoal, encargos e benefícios

	2020	2019
Remuneração de empregados	(2.775)	(4.513)
Encargos trabalhistas	(1.896)	(1.907)
Benefícios a empregados	(1.762)	(1.213)
	(6.433)	**(7.633)**

24 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras (i)	5.853	7.821
Juros, multas e atualizações	157	54
Descontos obtidos	12	35
Subtotal	**6.022**	**7.910**
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(121.093)	(30.107)
Waiver Fee e Carta fiança	(1.405)	(1.468)
Outras despesas financeiras	(140)	(141)
IOF	(74)	(170)
Juros, multas e atualizações	(7)	(76)
Subtotal	**(122.719)**	**(31.962)**
	(116.697)	**(24.052)**

(i) Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES mantidos em aplicação financeira, foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 referentes ao período de 2019.

25 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

	2020			2019		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	398	-	4.621	388	-	4.471
EUST (ii)	-	414	(3.647)	-	361	(2.077)
	398	**414**	**974**	**388**	**361**	**2.394**
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	398	-	4.621	388	-	4.471
EUST (ii)	-	657	(5.608)	-	550	(3.164)
	398	**657**	**(987)**	**388**	**550**	**1.307**
UTNF						
Serviços	-	-	(65)	-	-	-
Materiais	-	-	(141)	490	63	(648)
	-	**-**	**(206)**	**490**	**63**	**(648)**
EDF SERVIÇOS						
Serviços (iii)	-	1.649	(6.666)	-	1.683	(9.337)
	-	**1.649**	**(6.666)**	**-**	**1.683**	**(9.337)**
TOTAL	**796**	**2.720**	**(6.885)**	**1.266**	**2.657**	**(6.284)**

(i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no oitavo dia útil do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 7(ii).

(ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês subsequente e dia 05 do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 7(ii).

(iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 7(ii).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019.

	2020	**2019**
Remuneração da diretoria (i)	(961)	(1.647)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (ii)	(608)	(836)
Benefícios do Conselho de Administração e diretores (iii)	(332)	(370)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(255)	(252)
	(2.156)	**(3.105)**

(i) Composta por ordenados e salários.
(ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
(iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
(iv) Composta por ordenados e salários.

26 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores", "Fundos vinculados" e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	Nível	2020	2019
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo				
Caixa e títulos e valores mobiliários	6	2	169.801	85.459
Contas a receber	7	-	34.998	33.802
Fundos vinculados	9	2	77.373	151.330
			282.172	**270.591**
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo				
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes	13 e 16		86.256	81.061
Empréstimos e financiamentos	14		1.138.514	1.108.329
Debêntures	15		262.194	249.387
			1.486.964	**1.438.777**

Em 31 de dezembro de 2020, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R$ 2.608 (R$ 2.069 em 31 de dezembro de 2019).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	2020	2019
Financiamentos, empréstimos e debêntures	14 e 15	1.400.708	1.357.716
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6	(169.801)	(85.459)
Dívida líquida		**1.230.907**	**1.272.257**
Patrimônio líquido		1.579.720	1.474.073
Total do capital		**2.810.627**	**2.746.330**
Índice de alavancagem financeira		**43,8%**	**46,3%**

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:
(i) as aplicações de rendas fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI (Nota Explicativa nº 6); e
(ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 9).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6).
Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 75% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA. No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.

- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 14 e 15, respectivamente.

A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em setembro de 2019, a Companhia entrou em fase operacional, e, dentro do plano de negócios projetado para todo o período futuro de concessão do Empreendimento, a Companhia vem apresentando uma melhora na rentabilidade e vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

2020								
Passivos financeiros não derivativos	**Nota**	**Valor contábil**	**Total**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		86.256	86.256	36.125	5.362	10.968	17.826	15.975
Empréstimos e financiamentos	14	1.138.514	2.031.625	58.047	58.047	232.185	348.278	1.335.068
Debêntures	15	262.194	528.433	13.104	10.864	62.029	81.797	360.639
		1.486.964	2.646.314	107.276	74.273	305.182	447.901	1.711.682
31 de dezembro de 2019								
Passivos financeiros não derivativos	**Nota**	**Valor contábil**	**Total**	**6 meses ou menos**	**6 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		81.061	89.611	21.511	3.586	30.124	24.137	10.253
Empréstimos e financiamentos	14	1.108.329	2.179.744	58.912	58.912	235.648	353.472	1.472.800
Debêntures	15	249.387	556.703	10.678	10.572	52.228	114.875	368.350
		1.438.777	2.826.058	91.101	73.070	318.000	492.484	1.851.403

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possa ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

		Risco na apreciação		Risco na depreciação	
	Cenário I	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário II**	**Cenário III**
	Provável	***25%***	***50%***	***-25%***	***-50%***
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
67.699		***Carteira de fundos***		***Carteira de fundos***	
	67.699	69.722	70.126	66.486	66.890
Receita financeira projetada	1.618	2.023	2.427	1.214	809
Taxa de juros	2,39%	2,99%	3,59%	1,79%	1,20%
Variação - R$		405	809	(405)	(809)
Aplicações CDI (ii)					
166.734		***Aumento do CDI***		***Redução do CDI***	
	166.734	175.658	177.442	161.380	163.165
Receita financeira projetada	7.139	8.924	10.708	5.354	3.569
Taxa de juros	4,28%	5,35%	6,42%	3,21%	2,14%
Variação - R$		1.785	3.569	(1.785)	(3.569)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.157.698		***Aumento da TJLP***		***Redução da TJLP***	
	1.157.698	1.225.858	1.239.490	1.116.803	1.130.435
Despesa financeira projetada	54.528	68.159	81.791	40.896	27.264
Taxa de juros	4,71%	5,89%	7,07%	3,53%	2,36%
Variação - R$		13.632	27.264	(13.632)	(27.264)
Debêntures (b)					
272.259		***Aumento do IPCA***		***Redução do IPCA***	
	272.259	283.830	286.144	265.317	267.631
Despesa financeira projetada	9.257	11.571	13.885	6.943	4.628

Taxa de juros	3,40%	4,25%	5,10%	2,55%	1,70%
Variação - R$		2.314	4.628	(2.314)	(4.628)

(i) Fundos de investimentos	
Aplicação em carteira de fundos	67.699
Conta centralizadora	9.674
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 9	**77.373**
(ii) Aplicações CDI	
Aplicação em CDI	166.734
Aplicação automática em fundos BB	2.584
Total das aplicações no Banco do Brasil - Nota Explicativa nº 6	**169.318**

Composição dos saldos	**BNDES (a)**	**Debêntures (b)**
Nota Explicativa	14	15
Saldo final	1.138.514	262.194
Custo incremental	19.184	10.065
	1.157.698	**272.259**
Premissas (média entre 2020 e 2021)		
Carteira de fundos - Ativos	a.a.	2,39%
CDI - Ativos	a.a.	4,46%
TJLP - Passivos	a.a.	4,71%
IPCA - Passivos	a.a.	3,40%

27 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigência	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Companhia figurada como tomadora e beneficiária do seguro					
AXA Seguros S.A.	03.10.1.001702	Directors and Officers Liability Insurance (D&O)	31/03/20 até 31/03/21	14.000	
XL Seguros Brasil S.A.	02852.2021.0031.0351.0005991	Responsabilidade civil geral	31/12/20 até 31/12/21	100.000	-
AXA Seguros S.A.	XBS0007043PR19A	Riscos operacionais	31/12/20 até 31/12/21	1.510.886	-
Chubb Seguros Brasil S.A.	1771072633312,00	Terrorismo	31/12/20 até 31/12/21	720.357	-
Liberty Seguros	7697000328	Venda de energia elétrica	16/02/20 até 15/02/21	776	Seguro garantia efetuado pela CHESF
FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A	04669202010010775001576l	Seguro Garantia para a ação de ISSQN de Cláudia	21/08/20 até 21/08/22	40.223	
FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A	04669202010010775001605 5	Seguro Garantia para a ação de ISSQN de Itaúba	04/09/20 até 04/09/22	11.719	
ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A	1679188965	Risco de engenharia: Obra	04/09/20 até 29/10/20	18.539	Vigência da manutenção

		da nova parede anti-refluxo			ampla: 29/10/20 até 29/01/2021

Companhia figurada como beneficiária do seguro

Austral Seguradora S.A.	1006700000512	Risco de engenharia - Execução de obras civis em construção da UHE Sinop	19/08/14 até 28/02/19	1.240.810	Vigência da manutenção ampla: 28/02/2019 até 28/02/2021

Depósito caução

Banco	**Agência / Conta**	**Objeto**	**Data da abertura**	**Valor**	**Observação**
Caixa	2403 / 473-5	Venda de energia elétrica	01/02/19	776	Seguro garantia efetuado pela Eletronorte

28 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o montante de R$ 121.409 de compromissos assumidos.

Compromissos	**2020**
Operação e manutenção da usina	42.519
Aquisição de energia elétrica	29.373
Plano Básico Ambiental	23.050
Assessorias, consultorias e auditorias	7.404
Obras da barragem	7.051
Outros	5.869
Obras do reservatório	5.723
Supressão vegetal	420
Total	**121.409**

29 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2020	**2019**
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota 11)	76.391	218.908
(-) Aquisições que não tiveram efeito caixa	(16.316)	(112.094)
Total dos pagamentos para aquisição de bens	**60.075**	**106.814**

30 Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Os governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e estimulando financeiramente seus mercados internos, afim de superar os danos que uma potencial recessão possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Os

governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medida de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para a seguintes, que foram adotadas pela Companhia:

(i) Postergação de seis parcelas do financiamento BNDES; e
(ii) Aporte efetuado pelo BNDES no valor de R$ 1.637. Nota Explicativa nº 14.

A Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos clientes e fornecedores, tendo em conta medidas que possam incluir a redução ou postergação de valores a receber pela prestação de seus serviços. O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R$ 4,2 milhões em projetos associados a prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito "D", aprovados em 13 de abril de 2020. A Companhia já realizou R$ 1,01 milhões no combate a esta pandemia.

d) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

(i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
(ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o 1° trimestre de 2021 foram baseados nas melhores estimativas da Administração a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Esses eventos poderão afetar temporariamente o resultado do negócio em 2021, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível ao normal, de modo que não se espera que isso afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos. Até o 4° trimestre de 2020 não foi identificado impactos materiais para a Companhia.

e) Medidas adotada pela Companhia

A medida já tomada pela Companhia, para minimizar esse possível efeito, foi a adesão ao *stand still* do BNDES, que suspende temporariamente a exigibilidade e cobrança de pagamentos de até 6 (seis) prestações de principal e juros compensatórios da dívida no período de maio de 2020 a outubro de 2020, sem alteração dos termos finais dos prazos de amortização da dívida nem da taxa de juros, aprovada em 29 de abril de 2020 pelo Banco ABC, fiador do contrato de financiamento e pelo BNDES em 12 de maio de 2020.

A Companhia além fazer os acompanhamentos periódicos dos colaboradores com teste rápidos, implementou as rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, também adotou o sistema de teletrabalho (home office) e horários flexíveis em alguns casos para colaboradores com funções. Diante de todos os cuidados e precauções, a Companhia não apresentou períodos de ociosidade, paralizações ou reduções de jornada por consequência da COVID-19.

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Vera Lúcia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9